

A TRADIÇÃO ORAL NA ÁFRICA

Zuleide Duarte'

Resumo

O texto reflete sobre a condição pós-colonial e a necessidade de preservação das práticas tradicionais, especialmente a oratura, como marca identitária de povos oriundos de países sacudidos por convulsões sociais, os países africanos da lusofonia, nomeadamente. Discute a globalização como um fenômeno que não se restringe à esfera económica, mas como processo de planetarização da cultura. Conceitos de nação, hibridismo e identidade se colocam como elementos ligados aos estudos das migrações e das diásporas.

Palavras-chave

Identidade. Nação. Tradição. Oralidade.

ORAL TRADITION IN AFRICA

Abstract

This paper discusses the post-colonial condition and the need to preserve the traditional practices, especially, oral traditions as an identify trait of the people from countries affected by social convulsion, namely, lusophone African countries. It also discusses globalization as a phenomenon that is not restricted within the economic field, but as process of "planetarization" of the culture. Concepts of nation, hybridism and identity are central to understand migrations and Diasporas.

Keywords

Identity. Nation. Traditon. Oral Traditions.

Como escrever a história, o poema. o provérbio sobre a folha branca? Saltando pura e simplesmente da fala para a escrita e submetendo-me ao rigor do código? Isso

• Universidade Estadual da Paraíba, Brasil.

não. No texto oral já disse não toco e não o deixo minar pela escrita arma que eu conquistei ao outro... E agora o meu texto se ele trouxe a escrita? O meu texto tem que se manter assim oraturizado e oraturizante. Se eu perco a cosmicidade do rito perco a luta. Eu não posso retirar do meu texto a arma principal. A identidade.

M.Rui

Nas sociedades tradicionais africanas as narrativas orais configuram os pilares onde se apóiam os valores e as crenças transmitidas pela tradição e, simultaneamente, previnem as inversões éticas e o desrespeito ao legado ancestral da cultura.

A performance que acompanha essas narrativas responde pela atualização constante dos ensinamentos, tornando-se exercício vivo e interativo entre os membros da sociedade. Visual, mímico, imaginativo e encantatório, o texto oral transmite o legado mais legítimo das culturas locais através dos exemplos que visam à solidificação dos laços entre os membros do grupo e garante o discernimento do lugar de pertença do indivíduo, sua filiação identitária, permitindo-lhe uma visão de si mesmo e do outro com um mínimo de conflitos.

A transmutação do velho mundo no “admirável mundo novo”, de que falou Aldous Huxley (1894-1963), palco de mudanças radicais em todos os segmentos, a emergência de literaturas dos chamados países terceiro-mundistas, o processo rápido e definitivo de visibilidade das ditas minorias, a queda de impérios e a revisão geral de valores estabelecidos, tudo sornado ao processo de globalização que aproxima, reduzindo tempo e distância, a concretização da “aldeia global” de que falava Marshall Mac Luhan (1911-1980), inaugurou uma nova ordem em que a explicação pura e simples diz pouco. Urge uma pesquisa acurada. uma análise arguta, um confronto de dados. A abertura para a mudança, para a novidade, sornada ao questionamento crescente do *dejà vu*, permite uma leitura desveladora e atualizada do real, aproximando da real situação vivida em países de que antes a divulgação beirava o superficial, como os da África lusófona, por exemplo, protegidos ou, melhor dizendo, com a imagem esfumada pelo manto da colonização portuguesa.

As mudanças Sociais, a perplexidade diante de alguns valores veiculados pela modernidade, tais como o questionamento das hierarquias, da importância do respeito aos mais velhos, fundamento das sociedades africanas, subtrai importantes funções desempenhadas pela tradicional reunião em que a catarse, o lúdico e o didático se realizam. Segundo Pierre Nda (1987, p.162) "... cantos, palmas, tantãs e, por vezes, dança, mímica, cômico, riso, paródia, dos gestos e da voz de cada uma das personagens [...]" concedem ao homem um raro momento de desafio psicológico ao mesmo tempo em que se restauram as crenças, abaladas, muitas vezes, por conflitos domésticos.

Neste aspecto, a tradição oral é fonte preciosa, oferecendo dados de um registro de memória, livre das peias da oficialidade que tenta impedir que se faça história, atribuindo-lhe o papel indigno de mero compêndio de instruções, tentando sufocar o espírito crítico que norteia a investigação histórica. O texto oral afigura-se como um relicário em que umas das mais genuínas expressões do povo encontra guarida. Assim, os maravilhosos *mi-sosos*, as educativas *makas*, os segredos dos *mi-sendus*, as moralidades *doji-sabus*, as canções dos *mi-imbu* e as adivinhas *dosji-nongonongo* dos contos tradicionais de Angola (conforme classificação colhida por Héli Châtelain), são transmitidos através da contação de histórias exercida pelos mais velhos das aldeias e pelos *griots*, fazendo circular

a carga simbólica da cultura autóctone, permitindo-se a sua manutenção e contribuindo para que esta mesma cultura possa resistir ao impacto daquela outra que lhe foi imposta pelo dominador branco-europeu e que tem na letra a sua mais forte aliada. A milenar arte da oralidade difunde as vozes ancestrais, procura manter a lei do grupo, fazendo-se, por isso, um exercício de sabedoria (PADILHA, 2007, p. 35).

Neste estado de transição que é o mundo globalizado, onde se conflitam e rompem hábitos e crenças, a emergência da afirmação ou, melhor dizendo, da confirmação da identidade toma-se, mais que nunca, imperativa. As encruzilhadas propostas pela várias modernidades, pós-modernidades, modernidade tardia e quejandos entre outras paixões, levam a refletir sobre a colocação de Bhabha (2007) em evento na Fundação Gulbenkian:

[...] é a descoberta das paixões transacionais – pela paz, pela justiça, pelos direitos e pela igualdade – que nos permite lidar com um mundo que se encontra, ele mesmo, em processo de rápida transição cultural e tecnológica. Isto faz com que seja imperativo que as nossas idéias e crenças mais arraigadas - as coisas por que vivemos, os sonhos por que morremos - sejam traduzidos para a narrativa de uma nova ordem mundial. O mundo global, o nosso patrimônio terreno, mas também um patrimônio a que aspirar temos mais do que nunca, necessidade de "direito à narração".

Essas encruzilhadas transformam a palavra na fonte onde se abeberam os negritos sedentos de auto-expressão, bem como os perdidos em busca das referências da identidade fragmentada, confundida e negada no turbilhão que a todos nivela, nulificando traços de uma identidade com determinado grupo de pertença, tomando todos 'farinha do mesmo saco', massa anônima e homogênea, tolerada apenas pela suposta incapacidade de reagir ou mudar o rumo das coisas.

A atitude de menosprezo ou esquecimento, revelada ou adivinhada no suposto tratamento igualitário de sujeitos que se encontram no limiar de sua capacidade de silenciamento e aceitação, agudiza o histórico ressentimento alimentado em séculos de escravização e apagamento de individualidades, situações em que as fronteiras entre o civilizado e a barbárie, de tão lábeis, às vezes se confundem.

Em casos assim recrudescem a necessidade do direito à narração de que fala Bhabha, ecoando mais profunda e visceralmente em sociedades alicerçadas em culturas orais, como as africanas, que fizeram da tradição oral patrimônio histórico, literário e filosófico e sem rejeitar a escrita defendem a preservação da prática da oralidade como sistema vivo, eficaz, renovado e renovador da transmissão de conhecimento.

O ritual que acompanha essas narrativas, como foi dito anteriormente, reedita o mundo ideal das ações justas e dos heróis da tradição que não se analisam pela ótica ocidental e, sobretudo, não estão sujeitos ao crivo ocidental que contrapõe valores ancestrais a uma nova escala, incompatível com códigos familiares enraizados na cultura local e sacralizados pela tradição ancestral.

O argumento que se esteia na necessidade de modernização carece de um entendimento prévio da comunidade que se pretende “salvar” daquilo que o mundo dito civilizado considera barbárie. Edward Said (1995), ao falar do imperialismo, lembra a nobre função a que se propuseram seus teóricos: resgatar e redimir os povos primitivos, libertando-os do atraso e da barbárie. Isto se aplica aos EUA, que também reivindica funções nobres como prática do bem, justiça e liberdade no contexto da globalização, inspirando-se, ainda, no emblemático tripé da revolução francesa.

Eduardo Lourenço examina o assunto quando, reconhecendo a superioridade tecnológica e cultural americana, percebe um desejo de marcar uma presumível superioridade espiritual, na formulação imperialista da carta magna americana, que, em nome da **democracia**, reivindica um papel de regente do "desconcerto" que grassa pelo mundo.

Palavras de equilíbrio e regulação emanam do imperialismo ianque, cuja importância como metrópole não se pode ignorar. Mas se não se pode negar, há que se pensar o diferente, no próprio, no nacional, face às especificidades identitárias na perspectiva móvel da construção dessa mesma identidade que, englobando elementos **que** vão da língua à tradição, aloja, no seu bojo, sistemas complexos como governo, economia, folclore, religião, arte, tradição, sem escamotear as noções de passado e presente, igual e diferente. elementos amalgamados na multifacetada bagagem cultural, histórica e política de cada povo.

Deste e de outros fatores decorre a necessidade de pensá-los a partir de uma nova abordagem e considerando, também, a labilidade das fronteiras geográficas, históricas, políticas e ideológicas, antes sinais de imutabilidade e força, hoje redefinidas pelo multiculturalismo e a globalização. Sob esse aspecto põe-se em xeque o conceito universal de nação exportado pela Europa, no século XIX, como o espaço limitado por fronteiras naturais e tudo o que nele cabia. Conclui-se daí que o conceito entra em crise, a partir do primeiro quartel do século passado.

Outrossim, de acordo com **pensadores** dentre os quais destaca-se o italiano Ruggiero Romano, o conceito de nação fundamenta-se, atualmente, no conceito de identidade, rompendo os limites rígidos impostos pela leitura do "Velho Mundo". Assim, é nas especificidades que se podem identificar as diferenças. No processo de se outrar e manter-se o mesmo, no reconhecimento da cultura do outro, encontra-se a idéia de nação, não mais como uma

entidade fechada, completa na sua conformação, mas, e sobretudo, sujeita a mecanismos de inclusão e exclusão, o que confere, ainda, maior relevância à questão da identidade nacional.

A globalização, com o dinamismo e a velocidade que a alta tecnologia possibilita, relega a tradição a um plano irrelevante diante das alternativas disponibilizadas pela modernidade, com uma gama inesgotável de novas informações, com múltiplas perspectivas e soluções quase mágicas. Diante do novo, o ritmo menos acelerado e reflexivo de determinadas culturas requer uma espécie de *identidade relacional*, onde o *mesmo* define a própria historicidade e o *outro* representa o código de diferenciação, remetendo a um espaço híbrido.

Importa considerar a enorme contribuição para a economia global, viabilizada, na Europa, pela colonização dos países africanos. O tráfico de negros, o regime escravocrata, dispensando quase que totalmente custos com mão-de-obra, e a política colonial que incentivava o cultivo da matéria-prima para, posteriormente ser usada na indústria europeia, respondem pelo crescimento económico dos países colonizadores ao mesmo tempo em que a sociedade africana, submetida a tais condições, vive/viveu uma exacerbação sem precedentes de pobreza e desamparo por parte da metrópole então descomprometida com as, agora, ex-colônias.

Despreparados para a sociedade globalizada, os africanos sofrem impactos de várias ordens face ao diferente, vivendo, com mais profundidade uma experiência de *outsiders*. Como a identidade é vivida por cada indivíduo de forma particular, não se pode tratar homogeneamente a questão, sob pena de esmagar, mais uma vez, referências identitárias que respondem pela compreensão de si mesmo, face aos milhares outros. Tratar de forma suposta igual seria, como disse Moema Augel (2007, p. 133):

[...] quebrar-lhe a vontade. "coisificá-lo", surripiar-lhe a língua. as crenças, as tradições, engabelá-lo com mistificações e roubar-lhe a capacidade de escolha própria. Desprestigiar. desconsiderar a cultura autóctone em detrimento da cultura imposta. embriagando o colonizado com o elixir da civilização [...]

A defesa de uma postura que reconhece a importância da preservação de práticas tradicionais tem sido alvo de críticos que associam essa postura a

um retomo ao pré-colonialismo. A ritualização do ato de contar, a reverência que o africano tem pela palavra, o gestual, a interação do narrador com o público ouvinte geram cumplicidade e permitem falar da diferença, reconstruir o velho, pela memória, recepcionar o novo pela fantasia, pela esperança, pela sacralização, pois é do sagrado que a palavra extrai o seu poder criador e operacional, e, segundo a tradição africana, tem uma relação direta com a manutenção da harmonia tanto no homem como no mundo que o envolve, sendo a razão porque a maioria das sociedades orais tradicionais considera a mentira como uma verdadeira chaga moral.

Assim, na tradição africana, aquele que falta a sua palavra mata a sua pessoa civil. Desliga-se de si mesmo e da sociedade. Diante da reverência votada à palavra, não admira o desconforto do africano no mundo ocidental, inundado da verborragia inócua que sustenta e contém a massa insatisfeita, anestesiada com o canto das sirenas modernas e afogando-se no oceano de falsas promessas, ribalta profunda à espera dos incautos navegadores do mundo globalizado.

Pensar a globalização como uma dinâmica meramente económica é enxergar parcelarmente ou minimizar seus efeitos e alcance. Trata-se de uma nova ordem mundial em que culturas e identidades se matizam, em processo híbrido que se configura em multifacetado bloco.

Esse amálgama identitário e cultural reforça a urgência de narrativas que apontem para a afirmação do sujeito pós-colonial e permitam, ao mesmo tempo, um processo de emancipação que redunde, inevitavelmente, em foco de mobilização e resistência desses sujeitos, que definem sua identidade pelo cultivo da arte, pela preservação de rituais, pela expressão, enfim, de uma cultura que não se pretende única, mas que se coloca entre outras, na sua diferença. Na troca que se dá a partir dessas narrativas, e não se fala aqui apenas das narrativas literárias, mas das narrativas suscitadas pela experiência diaspórica, pelas poéticas do exílio, pela história das levas de refugiados e migrantes oriundos de ex-colónias, redefinem-se as literaturas ditas nacionais que adquirem novos matizes, sem, necessariamente, abdicarem de suas raízes.

Assim, a busca da identidade, nesse fimlinício de século, define-se pela reivindicação do resgate de raízes específicas, tradicionais, como também pela defesa do texto oral africano, a fim de que, entre outras coisas, se tente construir uma nova tradição, que certamente permitirá, com a

destruição de mitos, como rotular a cultura africana de exótica, uma idéia mais próxima daquilo que o homem e a nação representam.

Vivendo este momento peculiar de transição, em que se cruzam e confundem conceitos como nação, identidade, alteridade, é natural que estudiosos das diversas áreas se debrucem sobre esses temas, produzindo textos e encetando discussões de várias ordens.

Só através da afirmação da identidade é possível afirmar a diferença, garantindo às nações vítimas do processo de colonização a preservação de valores tradicionais tão longamente negados. Estas sociedades, vivendo contradições viscerais no próprio seio de suas comunidades, enfrentando dificuldades lingüísticas com a oficialização da língua do colonizador, circunstância geradora de ambigüidades quase intransponíveis, em que o índice de analfabetismo transcende os limites do inaceitável, não têm hipótese de sobrevivência com a negação radical dos elementos formadores da sua identidade.

A violência praticada contra os naturais nas ex-colônias, a surdez e o descaso votados aos donos da casa pelos indesejados "hóspedes" ou invasores, como disse Manuel Rui, resume-se lapidarmente na fala desse escritor angolano, encerrando essas reflexões:

Quando chegaste mais velhos contavam estórias.
Tudo estava no seu lugar. A água. O som. A luz.
Na nossa harmonia. O texto oral. E só era texto
não apenas pela fala mas porque havia árvores
[...]. E era texto porque havia gesto. Texto porque
havia dança. Texto porque havia ritual. Texto
falado ouvido visto. É certo que podias ter pedido
para ouvir e ver as histórias que os mais velhos
contavam quando chegaste. Mas não! Preferiste
disparar os canhões! (RUI, 1985, p. 12).

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. 1989. *Nação e consciência nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática.

AUGEL, Moema Parente. 2007. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond.

BHABHA, Homi K. 2007. Ética e estética do globalismo: uma perspectiva pós-colonial. In: _ et al. *A urgência da teoria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 12 a 35.

NDA, P. 1984. *Le conte africain et l'éducation*. Paris: L'Harmattan.

PADILHA, Laura Cavalcante. 1995. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói: Ed. UFF.

RUI, Manuel. 1985. *Eu e o Outro - o invasor*. (Ou em três poucas linhas uma maneira de pensar o texto). Comunicação apresentada no Encontro Perfil da Literatura Negra, São Paulo, Centro Cultural.

SAIO, Edward. 1995. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.